**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DO PARLAMENTO**

**PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
“LEGISLATIVO E DEMOCRACIA NO BRASIL”**

MONICA RAQUEL PENAYO CHAMORRO

**O LEGISLATIVO PAULISTANO E APROXIMAÇÕES DEMOCRÁTICAS –
CONSELHOS PARTICIPATIVOS**

Monografia apresentada à Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo como requisito parcial para aprovação no curso de Pós-Graduação Lato Sensu “Legislativo e Democracia no Brasil”

Orientador: Profa. Dra. Maria Nazaré Lins Barbosa

São Paulo
2015

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DO PARLAMENTO**

**PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
“LEGISLATIVO E DEMOCRACIA NO BRASIL”**

MONICA RAQUEL PENAYO CHAMORRO

**O LEGISLATIVO PAULISTANO E APROXIMAÇÕES DEMOCRÁTICAS –
CONSELHOS PARTICIPATIVOS**

Média da avaliação da banca examinadora.

Nota Final:

São Paulo, de de 2015.

ORIENTADOR: Profa. Dra. Maria Nazaré Lins Barbosa

DEDICATÓRIA

À minha família: “Olgas” y Mariana que sempre acreditaram e confiaram que o meu sonho pode se transformar em projeto, e apoiaram meu esforço e trabalho para resultar em uma criação que compartilhamos com todos.

RESUMO

Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas foram delineados na Constituição de 1988 como importante mecanismo de valorização da participação direta do cidadão na formulação e controle de políticas públicas nas áreas sociais. O presente trabalho, após breve descrição da evolução da criação de conselhos de diferentes áreas temáticas no município de São Paulo, oferece um estudo exploratório sobre os chamados Conselhos participativos criados nesta cidade em 2013. Trata-se de uma modalidade de Conselho de políticas públicas com a especificidade de ser constituído apenas por representantes da sociedade civil. O trabalho vislumbra que tais conselhos podem contribuir para o aprofundamento da participação cidadã no monitoramento de políticas públicas na cidade.

Palavras-chave: Conselhos Populares, Democracia Participativa.

Palavras-chave: Conselhos Populares, Democracia Participativa.

ABSTRACT

The Managing Councils of Public Policy were outlined in the 1988 Constitution as an important enhancement mechanism of direct citizen participation in the formulation and control of public policies in social areas. This paper, after a brief description of the evolution of the creation of councils of different thematic areas in São Paulo, offers an exploratory study on so-called participatory councils created in this city in 2013. It is a form of Council of public policies specificity to be limited to representatives of civil society. The work envisages that such advice can contribute to the deepening of citizen participation in the monitoring of public policies in the city.

Keywords: People's Councils, Participatory Democracy.

LISTA DE TABELAS

1	Tabela 02 – Alguns Conselhos Nacionais.....	25
2	Tabela 02 - Conselhos Municipais de São Paulo por Data de Criação.....	29
3	Tabela 03 - Conselhos Municipais de São Paulo.....	48

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE AUTORAL E AUTORIZAÇÃO DE
PUBLICAÇÃO.

Eu, Monica Raquel Penayo Chamorro, declaro ser o autor desta Monografia apresentada à Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo para o Curso de Pós-Graduação “Legislativo e Democracia no Brasil” e que qualquer assistência recebida em sua preparação está divulgada no interior da mesma. Declaro também que citei todas as fontes das quais obtive dados, ideias ou palavras, usando diretamente aspas (“ “) ou parafrazeando, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravações ou quaisquer outros tipos. Declaro por fim, que este trabalho poderá ser publicado por órgãos de interesse público. Declaro que o presente trabalho está de acordo com a Lei 5988 de 14/12/1973, Lei de proteção intelectual, e que recebi da Instituição, bem como de seus professores, a orientação correta para assim proceder. Em ambos os casos responsabilizo-me exclusivamente por quaisquer irregularidades.

São Paulo, 03 de agosto de 2015.

Monica Raquel Penayo Chamorro

SUMÁRIO

CAPITULO 1 - Introdução.....	9
1.1. Introdução.....	9
1.2. Justificativa.....	10
1.3. Objetivos	11
1.4. Metodologia.....	11
CAPITULO 2 - A Democracia e a participação	12
2.1. A Democracia e Participação no Brasil	17
2.2. Os Conselhos Gestores de Políticas como espaços de participação	20
2.3. Os Conselhos no âmbito Nacional, Estadual e Municipal	25
2.4. Composição dos Conselhos.....	27
CAPITULO 3 – Conselhos Gestores e Conselhos Participativos no Município de São Paulo	28
3.1. Os Conselhos Municipais Participativos em São Paulo e sua formação	30
3.2. Os Conselhos Municipais Participativos em São Paulo e regras de funcionamento .	31
3.3. Eleição dos Conselheiros nos Conselhos Participativos Municipais de São Paulo ...	35
CAPITULO 4 – Considerações Finais.....	37
BIBLIOGRAFIA	42
ANEXO A	48

CAPITULO 1 - Introdução

1.1. Introdução

A construção do processo democrático deve incluir o estímulo a uma cidadania ativa e, principalmente, participativa.

Nosso regime republicano, que conta com pouco mais de um século, passou por diversas transformações até chegarmos ao modelo atual, que se estrutura na Constituição Federal de 1988, promulgada quase um século após a implantação da República.

A Constituição de 1988 é um marco delimitador do estímulo à participação popular na gestão da coisa pública. No artigo 204. inc. II, referindo-se às ações governamentais na área da assistência social, dispõe expressamente que estas serão organizadas com base nas diretrizes de descentralização político-administrativa e de participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Assim, a Constituição Federal de 1988 não por acaso é conhecida como “Constituição Cidadã”, pois trouxe em seu bojo o incentivo para a participação popular na gestão da coisa pública.

Mas entre o incentivo constitucional, a efetiva criação e implantação dos conselhos, e o seu real contributo para o aprofundamento da participação popular na gestão da coisa pública, há um longo caminho a percorrer.

Os Conselhos, que foram saudados pela literatura política como um possível canal de aprofundamento da democracia, ao estimular a participação, estão ainda em fase de consolidação. Mesmo assim, novas sementes estão sendo plantadas, como os conselhos participativos da cidade de São Paulo, que serão tratados em nosso estudo.

1.2. Justificativa

Em 2014, um decreto presidencial que criava “Conselhos Populares”, veio a ser sustado pelo Congresso. As conjunções políticas ajudam a explicar a intensa polêmica que a matéria suscitou. No caso, o Decreto nº 8.243/14 criava um sistema de participação chefiado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, e o Legislativo entendeu que a matéria deveria ser tratada em nível de lei, para não ferir as prerrogativas deste Poder. Mas lá estavam previstos um conselho permanente; comissões temáticas; conferências nacionais periódicas; uma ouvidoria pública federal; mesas de diálogo; fóruns interconselhos; audiências e consultas públicas; e ambiente virtual de participação social.

Vê-se, portanto, que permitir que as entidades influenciem as políticas e os programas de governo e consolidar a participação como um método de governo é um desafio bastante presente, em todos os níveis.

O presente trabalho lança um olhar sobre os conselhos gestores de políticas públicas criados no município de São Paulo após a redemocratização do país.

A cidade, tão relevante do ponto de vista econômico e político para a nação, trouxe, também nesta matéria, uma importante e recente inovação: a criação dos chamados “conselhos participativos”, com a notável peculiaridade de contar tão somente com representantes da sociedade civil, e não com a tradicional paridade entre representantes da sociedade civil e do poder público, que há em todos os conselhos de políticas públicas das diversas áreas temáticas.

A análise desta recente experiência poderá trazer subsídios para o aprofundamento da compreensão deste instituto de democracia participativa – os conselhos de políticas públicas – nesta nova vertente.

1.3. Objetivos

O presente trabalho descreve a evolução da criação dos Conselhos de Gestores de Políticas Públicas no Município de São Paulo, com particular atenção à criação dos Conselhos Participativos.

A partir do mapeamento dos mecanismos de criação e funcionamento dos conselhos participativos no Município de São Paulo, iremos refletir se a criação desses Conselhos e sua implementação, com a eleição dos seus primeiros representantes, tem o potencial de realizar o aprofundamento da democracia participativa.

Cabe ressaltar que os conselhos implantados têm caráter meramente consultivo, não deliberativo.

1.4. Metodologia

O presente trabalho se baseia em uma revisão da literatura no que tange a conselhos de políticas públicas, e fundamentalmente em pesquisa documental, normas legais, e atas de criação e de eleição de conselheiros em conselhos participativos no Município de São Paulo.

Inicialmente, apresentamos alguns aspectos do debate contemporâneo sobre democracia e participação, especificamente quanto à proposta de ampliação de canais de participação popular para conferir maior alcance à efetiva democratização.

Na sequência, trataremos elementos do processo histórico que conduziu ao atual cenário institucional brasileiro, em que se acena para o aprofundamento de canais de participação no regime democrático, com os conselhos gestores de políticas públicas.

Em seguida, nos deteremos na análise da evolução de criação de conselhos gestores de políticas públicas no município de São Paulo, seguindo a sua ordem cronológica.

Daremos ênfase à inovação consistente na criação de conselhos participativos, e a primeira experiência de eleição de conselheiros nesta instância em 2014. Foram pesquisadas as atas de reuniões mensais de 2014 e 2015 de diversos conselhos participativos: Conselho Municipal Participativo de Pinheiros, Jabaquara, Ipiranga.

Após uma análise crítica, apresentaremos nossas conclusões acerca da possibilidade de aprofundamento da democracia a partir destas instâncias.

Considerando que os conselhos são canais efetivos de participação da sociedade civil, na formulação e implementação de políticas públicas, este estudo contribui para a compreensão dos desafios que cercam a efetiva implementação dos Conselhos Participativos no município de São Paulo.

CAPITULO 2 - A Democracia e a participação

A democracia em nossos dias tem uma configuração bem diversa de quando do seu surgimento.

Atenas guardou para a sua história o privilégio da criação de uma nova maneira de gestão da coisa pública, onde cidadãos comuns passavam a participar das decisões políticas sem a ação de intermediários. Na antiguidade e na era medieval, a democracia permaneceu em ostracismo, notadamente durante o período das monarquias absolutistas. Somente no Século XVIII, com a busca da derrubada destas, é que a democracia renasce, buscando abrir espaço para que o cidadão comum, não oriundo de linhagens nobres, pudesse vir a participar das decisões do Estado.

Rousseau defendia a eficiência da participação direta dos cidadãos nas decisões, mas o mesmo ponderava sobre a dificuldade de sua implantação, em função das dimensões do Estado, devendo ser substituída por uma participação através de representantes eleitos.

Na América do Norte os autores federalistas¹ publicaram em jornais da época artigos que contribuíram para a consolidação de uma Constituição assentada em valores democráticos, respeitando a separação em três poderes do Estado, que tendo uma vasta extensão territorial, construiu-se em uma estrutura federalista. A participação popular estava restrita ao sufrágio - aberto apenas aos homens e com características censitárias.

Seguindo a esteira constitucionalista, atualmente, nos Estados Ocidentais, a democracia é pautada principalmente na ideia de representação política. O regime democrático é consagrado como a melhor forma de governo, viabilizador do desenvolvimento social, da paz, do pluralismo, do diálogo político e do respeito aos Direitos Humanos. Mas a implementação da democracia ainda é um grande desafio para a humanidade.

Segundo Bobbio, o pressuposto para a implementação do regime democrático está na correta definição das “regras do jogo” para que tanto o cidadão quanto o governo saibam previamente como devem proceder para viabilizar o diálogo político (BOBBIO, 1986).

Para o escopo do nosso trabalho, parece interessante chamar a atenção para o pensamento de Norberto Bobbio, pois este autor sublinha a importância da definição de quem seria o povo a participar do processo, de tal sorte que quanto mais ampla a abertura à participação, mais significativa e representativa seria a participação dos cidadãos. Esta governabilidade assim construída seria um passo importante para a construção e uma democracia, com regras bem definidas.

¹ Três autores federalistas – Alexander Hamilton, James Madison e John Jay.

Afirmo preliminarmente que o único modo de se chegar a um acordo quando se fala de democracia, entendida como contraposta a todas as formas de governo autocrático, é o de considerá-la caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos. (BOBBIO, 1986, p. 18.)

Devemos ponderar que se faz necessário um investimento formativo nos cidadãos para que estes participem de forma autônoma e consciente, evitando-se que um desnivelamento formativo crie uma “casta” que venha a influenciar nas decisões, em uma situação de não isenção.

Coerente com sua essência antidemocrática, o elitismo assenta-se em sua inerente desconfiança do povo, que reputa intrinsecamente incompetente. Por isso sua “democracia” sempre depende de pressupostos notoriamente elitistas, tais como os de que o povo precisa ser preparado para a democracia, de que esta pressupõe certo nível de cultura, certo amadurecimento social, certo desenvolvimento econômico, e reclama que o povo seja educado para ela, e outros semelhantes que, no fim das contas, preparam os fundamentos doutrinários do voto de qualidade e restrito.

A contradição é evidente, pois supõe que o povo deve obter tais requisitos para o exercício da democracia dentro de um regime não democrático; que as elites devem conduzi-lo a uma situação que justamente se opõe aos interesses delas as elimina. Temos, enfim, a singularidade de aprender a fazer democracia em um laboratório não democrático. Ora, em verdade, a tese inverte o

problema, transformando, em pressupostos da democracia, situações que se devem ter como parte de seus objetivos: educação, nível de cultura, desenvolvimento, que envolva a melhoria de vida, aperfeiçoamento pessoal...” (SILVA, 1998, p.131-2)

Por muito tempo prosperou a tese de que o povo não sabe do que se trata “esta tal democracia”, de que não sabe votar, justificando a entrega dos destinos do estado nas mãos da elite. A formação política do povo deve ocorrer, mas a não ocorrência disso, ou enquanto tal não ocorre, não é motivo justificado para o alijamento de algumas camadas da população de sua participação no processo democrático através do voto.

Já está superada a ideia de que o cidadão só poderia votar quando atingisse um nível educacional adequado para tal. Mas a questão da “qualificação para a participação” volta à baila sob outro aspecto.

Na medida em que se criam instâncias e mecanismos de participação direta do povo no controle e formulação de políticas públicas, pode-se questionar se haveria a “qualificação” esperada da população para participar nesses espaços.

Por um lado, não se pode ter a ingenuidade de pensar que “do dia para a noite” se crie e implante um sistema de participação popular mais efetivo. A democracia se sustenta a partir de um continuado processo de aperfeiçoamento. Como afirma Bobbio, não existem estruturas perfeitas e a atitude do bom democrata é a de não se iludir sobre o melhor sistema político e a de não se conformar com o pior (BOBBIO, 1986).

“Até onde a vista alcança, não há fortes razões para se supor que a representação parlamentar e partidária venha a deixar de ser o fulcro da organização democrática da vida política em sociedades de larga escala. A afirmação de que uma democracia

“participativa” tende cada vez mais a coexistir com a “representativa” pode, evidentemente, ser aceita. De fato, a evolução prática dos regimes democráticos ao longo deste século caracterizou-se por duas tendências marcantes, e na verdade não imagináveis a partir dos embriões históricos e debates teóricos sobre esse sistema no século 19: 1) uma ampliação impressionante no universo dos participantes potenciais do jogo político; 2) um fortalecimento não menos marcante da expectativa de que os titulares (eletivos ou designados) das funções públicas sejam sensíveis à opinião pública, ou seja a pressões e reivindicações que se originam em círculos cada vez mais distantes do epicentro partidário e parlamentar do sistema.” (LAMOURIER 1996, p.33-4)

Dentro da tendência a se buscar fórmulas e mecanismos que propiciem uma melhor representação do povo, ganha relevo a proposta de criação de espaços de participação popular, ao lado dos tradicionais canais de representação. Esses novos mecanismos têm sido vistos com a esperança de ampliar o atingimento dos fins sociais. No Brasil, este debate também está presente, e a partir da nossa redemocratização, muitos autores situam os Conselhos de Políticas Públicas como mecanismos promissores de democracia participativa em nosso país.

2.1. A Democracia e Participação no Brasil

Lançando um olhar para o nosso país – a terra de “Pindorama”² - vislumbramos um longo caminho percorrido, mas também muito a percorrer em direção à democratização. Diz-se jocosamente, aludindo à nossa história republicana, que quando o Marechal Deodoro da Fonseca ergueu a espada para gritar “Viva a República!”, a maioria dos presentes não sabia do que se tratava.

A opção adotada pelo Brasil da República foi a de um regime democrático, dando ares de modernidade a aquela então “terra distante”. Evidentemente um regime de governo não se implanta como que por encanto. E aperfeiçoamentos sempre se fazem necessários. Até mesmo no “cardápio político”, saindo-se do trivial³ “café com leite”. E assim encontramos um caminho de rupturas com o Estado Democrático de Direito, como o que ocorre em 1930 e 1964.

Evidentemente a construção de um regime democrático requer que existam mecanismos de participação nas decisões, e que estes sejam de conhecimento geral. Neste mais de meio século de “ressaca pós-baile” (o da Ilha Fiscal), tivemos seguramente alguns avanços, ora tímidos, ora inócuos. Alguns também trouxeram avanços significativos. A extinção do voto censitário começa a nivelar os cidadãos. A extensão do voto às mulheres foi outra especial conquista de direitos, ampliando o “guarda chuva” do regime democrático.

Interessante salientar que considerável parte da população, com relativa facilidade, se acostuma com regimes de matriz autoritária, e quando este cessa, parece apresentar dificuldades para lidar com a liberdade. Liberdade é um pilar basilar da

² Em língua tupi pindó-rama ou pindó-retama: "terra/lugar/região das palmeiras") é uma designação para o local mítico dos povos tupis-guaranis, que seria uma terra livre dos males. Os arqueólogos acreditam que o mito tenha se formado na época das antigas migrações, quando os tupis-guaranis se dirigiram para o litoral brasileiro, atual região oriental da América do Sul.

³ É conveniente recordarmos que a palavra trivial, deriva do trívium, conjunto de disciplinas que todo cidadão grego deveria conhecer: lógica, retórica e gramática.

democracia, assim como o voto. A consolidação de um regime democrático requer discernimento, bem como um melhor esclarecimento sobre os mecanismos disponíveis para uma participação mais efetiva no processo. A base de sustentação da democracia como forma de governo é a soberania popular, exercida por meio do voto direto, secreto, universal e periódico.

O voto é um direito garantido e assegurado a todos, previsto no art. 60, § 4º, II, da Constituição Federal de 1988, como uma cláusula pétrea, o que impede qualquer proposta de emenda constitucional tendente a aboli-lo. Trata-se de uma forma indireta do exercício do poder popular, baseado em representantes eleitos através do mecanismo do voto, que é obrigatório a todos os brasileiros maiores de 18 anos, sendo facultativo aos menores de 18 e maiores de 16 anos e aos maiores de 65 anos.

Em seu parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal de 1988, dita Constituição Cidadã, encontramos: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” Isto parece uma “mensagem cifrada” que determina o afastamento da Democracia direta, criando o limitador da representatividade “garantida pelo voto”.

Quando do processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, um anseio generalizado emergiu, com o enfraquecimento de o governo militar, pela democratização do regime político, unindo, sob a bandeira das oposições, os mais diversos segmentos e setores sociais. Essas articulações, discursos e expectativas mobilizaram a sociedade brasileira, incitando-a, em 1985, a se expressar especialmente em uma grande campanha social e política pelas eleições diretas, movimento que recebeu a denominação Diretas Já⁴.

⁴ Foram as maiores manifestações públicas da história do Brasil. Nos dias 10 e 16 de abril de 1984, cerca de 1 milhão de pessoas se concentraram na Praça da Candelária, no Rio de Janeiro, e depois no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, *dispostas a derrubar o legado mais claro da ditadura militar e exigir eleições diretas para a Presidência da República.* (BUENO, 1997, p.274)

Este clamor popular, em parte capitaneado pela mídia e instituições da sociedade civil tinha como “palavra chave” a soberania popular, como resposta ao longo período autoritário, onde o pensar diferente poderia ser considerado como ato de subversão. E o dia chegou naquele Vindemiário⁵ de 5 de outubro de 1988, em clima de festa cívica, que talvez mais comemorasse a morte do autoritarismo, do que avanços conseguidos no texto constitucional.

Mas do clamor social por mais liberdade e participação despontou uma sociedade mais bem organizada, unida por meio de distintos setores, com projetos políticos diferenciados, o que fez entoar, por toda a nação, um discurso unânime de valorização à cidadania, à democracia, à descentralização, à participação da sociedade na gestão de seus interesses comuns. Por esse discurso, condenou-se o monopólio estatal sobre a gestão da coisa pública e, assim, a sociedade passou a exigir um maior controle sobre o Estado. A luta pela concretização da ampliação da participação era um rumo para a política nacional e, em decorrência, a chamada soberania popular tornou-se um referencial a embasar a vontade de participação da sociedade na vida política do país. Todavia, na prática, a soberania popular não logrou efetivar seus anseios, tendo em vista as poucas oportunidades que o país lhe ofereceu para participar diretamente da política, bem como pelo fato de os partidos políticos terem falhado no papel de legítimos representantes do interesse público.

A Democracia deve ser vista como um ser vivente, dinâmico, e em constante evolução. Algo como o que imaginamos para a espécie humana!

Busca-se, como saída, a complementação do sistema representativo, pois uma análise a respeito da complexidade da organização estatal demonstra que a aplicação da democracia direta pura também estaria fadada ao insucesso. Primeiro, porque as pessoas não

⁵ Nome no calendário revolucionário francês, correspondente ao período de 22 de setembro a 21 de outubro. O nome deriva da época da colheita das uvas, chamada vindima.

têm tempo de se dedicar à prática política de forma integral; segundo, porque estamos vivendo um momento de especialização e verticalização das grandes questões sociais, a exigir respostas pautadas no conhecimento de técnicos e especialistas.

Os mecanismos de participação popular no Brasil ainda não são direitos que fazem parte de nosso cotidiano político, tanto que boa parte dos brasileiros nem sequer os conhecem. Provavelmente, o principal caminho para que a democracia participativa integre com mais efetividade a nossa realidade é uma educação voltada para a cidadania, a fim de que as pessoas, ao tomar conhecimento de seus direitos, sejam sujeitos ativos para sua aplicação.

Em janeiro de 2014, como apontado, o Decreto nº 8.243/14 elaborado pela Presidência da República que estabelecia a consulta a conselhos populares por órgãos do governo antes da adoção de políticas públicas foi derrubado pelo Congresso.

Muitos percebiam no Decreto um avanço na democracia participativa, mas questionava-se a forma como ele foi proposto. Como se vê, há muito a se construir no Brasil contemporâneo em matéria de participação social.

2.2. Os Conselhos Gestores de Políticas como espaços de participação

Os conselhos são novos arranjos institucionais definidos que tendem a concretizar a participação e controle social preconizados na Constituição Federal de 1988. São organismos que articulam participação, deliberação e controle do Estado. Suas características e atribuições são definidas na legislação ordinária.

“Os conselhos de direitos, também denominados conselhos de políticas públicas ou conselhos gestores de políticas setoriais, são órgãos colegiados, permanentes e deliberativos,

incumbidos, de modo geral, da formulação, supervisão e da avaliação das políticas públicas, em âmbito federal, estadual e municipal⁶.

O caráter deliberativo está assegurado no princípio da participação popular na gestão pública, consagrado na Constituição de 1988, e são instituições cujo sentido é a partilha do poder decisório e a garantia de controle social das ações e políticas com fins da garantia de direitos conquistados. Portanto, conselhos são espaços deliberativos e de controle social da coisa pública. No entanto, nem todas as legislações ordinárias consideraram este aspecto ao definirem a criação e as competências dos conselhos dos direitos.

“Conselhos são instâncias permanentes, sistemáticas, institucionais, formais e criadas por lei com competências claras” (2000, p.24). Além disso, devem ser órgãos colegiados, paritários e deliberativos, com autonomia decisória. Alguns exemplos de legislação ordinária que dispõe sobre conselhos de políticas, de segmentos e temáticos como a Lei Federal no 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 88, inciso II, torna obrigatória a existência de conselhos dos direitos da criança e do adolescente em todos os níveis da Federação, destacando-se o caráter deliberativo e controlador das ações, assegurada a participação paritária.

No âmbito federal, diversas áreas de políticas públicas contam com os Conselhos em sua atuação. A título de exemplo, recordemos a Lei nº 8.069/90 - o Estatuto da Criança e do Adolescente. De acordo com o art. 88 deste diploma legal, uma diretriz da política de atendimento é a “criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança

⁶ Definição extraída do artigo “Conselhos de Direitos e Formulação de Políticas Públicas”, de Patrícia Helena Massa Arzabe, Doutoranda na Faculdade de Direito da USP e Procuradora do Estado de São Paulo. Disponível no site: <http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/politicapublica/patriciamassa.htm>

e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais”.

Quando a lei assegura caráter obrigatório aos Conselhos - como no caso do ECA – se o Executivo se omitir, o Conselho poderá ser criado por determinação do Ministério Público, mediante ação civil pública. A via judicial deve ser uma alternativa para casos extremos. A negociação política é sempre desejável para que o conselho a ser criado nasça baseado na cooperação e não no dissenso.

Já a Lei Federal nº 8.842/94, que dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e define a criação, a caracterização e as competências dos conselhos nacional, estaduais, distrital e municipais dos direitos do idoso, afirmando seu caráter permanente, paritário e deliberativo:

Note-se, porém, que apesar da lei que estabelece a criação dos Conselhos do Idoso ser do ano de 1994, e determinar o seu caráter deliberativo, apenas 8 anos depois, em 13 de maio de 2002, foi criado por Decreto Presidencial o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI. E seu caráter foi reduzido a órgão consultivo (Decreto No 4.227/2002).

Estes exemplos ilustram, por um lado, o significativo avanço na criação destas instituições que ampliam a democracia e asseguram a participação e o controle social. No entanto, revelam também que são muitos os desafios para a compreensão e efetivação destes espaços como instâncias deliberativas. Ainda são muitos os conselhos de gestão de políticas e defesa dos direitos que mantêm o caráter apenas consultivo ou de assessoramento do Executivo, fragilizando desta forma o poder decisório da participação da sociedade na relação com o Estado.

Os conselhos de direitos, independentemente do nível de atuação – nacional, estadual ou municipal – são espaços nos quais o governo e a sociedade devem discutir, formular e decidir, de forma compartilhada e corresponsável, as diretrizes para as políticas públicas de promoção e defesa dos direitos.

Conselhos não são, portanto, executores de políticas, são formuladores, promotores de políticas, defensores de direitos, controladores das ações públicas governamentais e não governamentais, bem com normalizadores de parâmetros e definidores de diretrizes das políticas na perspectiva da garantia dos direitos humanos, sociais e políticos.

Os Conselhos são órgãos colegiados, que têm regras próprias e bem definidas de funcionamento e estrutura. Segundo Alice Borges, p funcionamento de um órgão colegiado obedece, em nosso ordenamento jurídico, a coordenadas próprias, muito especiais (BORGES, 2006). Elencamos a seguir algumas delas.

As decisões, nos Conselhos, são tomadas pela deliberação conjunta de um grupo de pessoas, mediante votação, por unanimidade ou por maioria de votos. Tais decisões passam a constituir, após discussão e votação, a expressão da vontade do órgão, como um todo. As votações orais são reduzidas a termo em ata ou resolução, e tem caráter terminativo da votação, após a proclamação de sua apuração.

Vê-se que a responsabilidade do órgão é una, como um todo, após deliberação do grupo. A representação legal do Conselho é do presidente do colegiado, mas este só vota em casos de desempate. O regimento do Conselho estabelece as normas sobre quórum de votação para as diversas atividades: realização da sessão; deliberação; adoção de decisões relevantes.

O voto do membro do órgão colegiado tem o mesmo valor que qualquer outro, porque nosso direito não acolhe, em regra, votos privilegiados: mas é apenas um “voto”, que

deverá ser amplamente fundamentado, alicerçado em razões objetivas. Este quadro é válido, de modo geral, para qualquer conselho ou outro órgão colegiado (BORGES, 2006).

Os conselhos de direitos, nos três níveis de ação, possuem características comuns diferenciando-se apenas por algumas particularidades. Mas é fundamental que todos observem os princípios da participação e descentralização, estabelecidos na “Constituição Cidadã” de 1988, cujos dispositivos preveem a participação da sociedade na gestão e fiscalização da “coisa pública”.

Os Conselhos podem ter poder deliberativo, mas o fato de serem reconhecidos e de haver legislação que lhes dá poder não basta para que os conselhos sejam realmente deliberativos. Para ser reconhecido e valorizado, o conselho precisa ter legitimidade tanto na definição de sua composição como na capacidade de interlocução entre seus integrantes. Isso, porém, pode ser um processo longo, que envolve capacitação técnica e política, pois os membros do conselho devem ser capazes de apresentar propostas e de estabelecer alianças, informando e mobilizando os setores sociais que representam.

Os Conselhos aspiram a ser representativos de legítimas instituições atuantes nos segmentos ligados à área de atuação do conselho. São compostos, geralmente, de forma paritária por representantes do governo e da sociedade. O estabelecimento da paridade vai depender da área temática, dos representantes e também da história, democrática e participativa ou não, que levou à construção do conselho. Os Conselhos devem também dispor de fundos para financiar políticas específicas. Os recursos para o funcionamento dos conselhos devem ser assegurados no orçamento federal, do estado ou do município.

2.3. Os Conselhos no âmbito Nacional, Estadual e Municipal

É com o retorno do exercício dos direitos civis e políticos que os conselhos entram em cena na institucionalidade democrática, como mecanismos institucionais de participação da sociedade civil organizada.

Os conselhos nacionais devem estar vinculados administrativamente aos Ministérios respectivos, ao seu interesse temático e dos direitos. Deliberam sobre questões de âmbito nacional e suas decisões devem ser parâmetros tanto para os órgãos nacionais, quanto para estados e municípios. Citamos alguns:

Alguns Conselhos Nacionais

1. Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI)

2. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)

3. Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE)

4. Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR)

5. Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD)

6. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)

Tabela 01 - Alguns Conselhos Nacionais

Conselhos estaduais

A maioria dos conselhos estaduais dos direitos existentes no País foi criada nos anos 1990, tendo como característica principal a participação expressiva da sociedade civil e a independência perante o Poder Executivo de seus respectivos Estados. A criação desses conselhos inspirou-se nos princípios da participação e descentralização, estabelecidos na

“Constituição Cidadã” de 1988, em cujos dispositivos estão previstos a participação da cidadania (representação da sociedade) na gestão e fiscalização da “coisa pública”⁷.

Criados por lei estadual estão vinculados administrativamente às Secretarias de Estado das respectivas áreas temáticas ou de direitos e não devem estar sujeitos a nenhuma subordinação hierárquica. Deliberam sobre questões no âmbito na política estadual e suas decisões devem ser parâmetros tanto para os órgãos estaduais, quanto para os municípios.

Conselhos municipais

A criação de um conselho municipal dos direitos é uma medida visa favorecer a participação de representantes da comunidade local e dos órgãos governamentais no monitoramento de políticas públicas, tanto para a proteção e efetivação dos direitos da pessoa humana, como também para investigar as violações de direitos no território municipal.

O conselho deve ser criado por lei municipal e, para o exercício de suas atribuições, não pode ficar sujeito a qualquer subordinação hierárquica. Deliberam sobre questões no âmbito na política municipal e suas decisões devem ser parâmetros para os órgãos municipais e para a execução das ações públicas governamentais e não governamentais

⁷ LYRA, Rubens Pinto Lyra, Formato e papel dos conselhos e ouvidorias nas áreas de segurança e de justiça, trabalho apresentado no 4o. Encontro Nacional da ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política, área Estado e Políticas Públicas, painel Relações Estado e sociedade na produção de políticas públicas, 21- 24 julho 2004 – PUC – Rio de Janeiro

2.4. Composição dos Conselhos

A composição dos conselhos deve seguir o princípio da paridade e a indicação de seus membros deve refletir o dispositivo constitucional da participação indireta da população, por meio de segmentos e de organizações representativas ligadas à área de atuação de cada conselho.

Assim, cabe ao governo escolher os representantes do Executivo e a sociedade civil escolher seus representantes em fóruns representativos do respectivo segmento. A escolha dos representantes da sociedade civil normalmente ocorre entre os organismos ou entidades sociais, ou dos movimentos comunitários, organizados como pessoas jurídicas, com atuação expressiva na defesa dos direitos e de políticas específicas.

O período do mandato dos conselheiros é normalmente de dois anos, podendo coincidir, ou não, com a vigência do mandato do governo. Estas e outras definições de características e funcionamento estão definidas nas respectivas Leis de criação dos conselhos.

O controle social pode ser feito individualmente, por qualquer cidadão ou grupo de pessoas. Os conselhos gestores de políticas públicas são canais efetivos de participação, que permitem estabelecer uma sociedade na qual a cidadania deixe de ser apenas um direito teórico, mas uma realidade. A importância dos conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas.

Os conselhos são espaços públicos de composição paritária e plural entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa e consultiva, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais. Os conselhos são o principal canal de participação popular encontrada nas três instâncias de governo (federal, estadual e municipal).

Devem ser compostos por um número par de conselheiros, sendo que, para cada conselheiro representante, haverá um representante da sociedade civil (exemplo: se um

conselho tiver 14 conselheiros, sete serão representantes do Estado e sete representarão a sociedade civil). Mas há exceções à regra da paridade dos conselhos, tais como na saúde e na segurança alimentar. Os conselhos de saúde, por exemplo, são compostos por 25% de representantes de entidades governamentais, 25% de representantes de entidades não governamentais e 50% de usuários dos serviços de saúde do SUS.

CAPITULO 3 – Conselhos Gestores e Conselhos Participativos no Município de São Paulo

É interessante observar como, no município de mais populoso do país, carro-chefe da economia do Sudoeste, o movimento de criação de Conselhos deu-se antes mesmo de haver o incentivo constitucional para a sua criação.

Assim, seguindo a ordem cronológica, notamos que em meados da década de 80 já havia conselhos municipais na cidade de São Paulo. São eles: o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP (Lei Municipal nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985) e o Conselho Municipal de Educação – CME (Lei Municipal nº 10.429, de 24 de fevereiro de 1988);

Mas a Constituição Federal, e posteriormente a Lei Orgânica do Município de São Paulo, deu um forte impulso à criação de Conselhos. Para ilustrar esse movimento, veja-se que quase todas as áreas de políticas públicas estão contempladas pela criação de conselhos no município.

Apresentamos, como tabelas anexas ao presente trabalho, quadros esquemáticos relativos à composição destas instâncias, bem como das suas atribuições consultivas ou deliberativas. Apresentar um quadro comparativo ultrapassa o escopo deste trabalho, mas,

para o fim que nos propomos, chamamos a atenção para o amplo grau de expectativas, possibilidades e desafios que cercam os Conselhos.

Alguns autores já trouxeram análises sobre a atuação, funcionamento dos conselhos atuantes no município de São Paulo (TATAGIBA, 2002). Sua efetividade é questionada por diversos fatores, alguns relacionados à cultura política herdada, outros a assimetria de capacitação entre representantes do poder público e da sociedade civil, outros ainda à duvidosa representatividade dos conselheiros (BARBOSA, 2007). Ainda assim, os Conselhos são saudados como um importante mecanismo de participação que pode contribuir para o aprofundamento da nossa democracia.

Conselhos Municipais do Município de São Paulo	Criação
Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP	Decreto. nº 10.032/85
Conselho Municipal de Educação – CME	Lei nº 10.429/88
Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência – CMPD	Decreto nº 28.004/89
Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMUSAN-SP	Decreto nº 42.862/03
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA-SP	Lei nº 11.123/91
Conselho Municipal de Turismo – COMTUR	Lei nº 11.198/92
Grande Conselho Municipal do Idoso – GCMI	Lei nº 11.242/92
Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES	Lei nº 11.426/93
Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS-SP	Lei nº 12.524/97
Conselho Municipal de Saúde	Lei nº 12.546/98
Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool – COMUDA	Lei nº 13.321/02
Conselho Municipal de Habitação	Lei nº 13.425/02
Conselho Municipal de Tributos	Lei nº 14.107/05
Conselho Municipal de Juventude	Lei nº 14.687/08
Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia e Inovação – CMCT&I	Lei nº 15.247/10
Conselho Municipal de Tecnologia da Informação e Comunicação – CMTIC	Decreto nº 54.785/14

Tabela 02 - Conselhos Municipais do Município de São Paulo por Data de Criação

Indo além, o município de São Paulo inovou, propondo a criação dos Conselhos participativos, compostos tão somente por representantes da sociedade civil.

A seguir, passamos a análise dos Conselhos Participativos, uma inovação até onde alcançamos pesquisar, específica do município paulistano.

3.1. Os Conselhos Municipais Participativos em São Paulo e sua formação

Apesar de já existirem, anteriormente a Constituição Federal de 1988, em São Paulo alguns mecanismos de controle social que determinam as políticas públicas em cada setor (como o de saúde, educação e segurança), o fato de serem divididos em temas prejudica sua articulação. A criação do Conselho Participativo, em cada sub-região da cidade, poderia permitir a articulação destas instituições já existentes, trazendo as diversas temáticas para uma visão mais transversal dos problemas.

O Conselho Participativo Municipal é um organismo autônomo da sociedade civil. Sua criação visa ampliar a participação popular e transparência nas Subprefeituras. O papel dos conselheiros é exercer o controle social no planejamento, fiscalizar as ações e gastos públicos nas regiões e sugerir ações e políticas públicas.

O Conselho Participativo Municipal em São Paulo começa a surgir a partir da Lei 15.764 de 27 de maio de 2013, que dispõe sobre a criação e alteração da estrutura organizacional das Secretarias Municipais, cria a Subprefeitura de Sapopemba e institui a Gratificação pela Prestação de Serviços de Controladoria. Em seu Capítulo III, das Atribuições e das Unidades, encontramos os artigos 34 e 35 relacionados à organização, as atribuições e a regulamentação dos Conselhos Participativos do Município de São Paulo em

cada subprefeitura e como será a eleição de seus representantes. Posteriormente as atribuições foram definidas mediante o Decreto 54.156 de 1º de agosto do mesmo ano.

O Conselho Participativo Municipal tem caráter eminentemente público e é organismo autônomo da sociedade civil, reconhecido pelo Poder Público Municipal como instância de representação da população de cada região da Cidade para exercer o direito dos cidadãos ao controle social, por meio da fiscalização de ações e gastos públicos, bem como da apresentação de demandas, necessidades e prioridades na área de sua abrangência.

O Conselho Participativo Municipal de São Paulo busca articular-se com os demais conselhos municipais, conselhos gestores e fóruns criados pela legislação vigente. Tem caráter transitório e subsistirá até que o Conselho de Representantes de que tratam os artigos 54 e 55 da Lei Orgânica do Município possa validamente existir e estar em funcionamento.

Vemos que parece haver a busca de uma maior abrangência e envolvimento da sociedade na gestão da cidade, em função de implantação em todas as 32 Sub Prefeituras. Há uma intencionalidade de articulação com os demais conselhos municipais, conselhos gestores e fóruns que fossem criados.

3.2. Os Conselhos Municipais Participativos em São Paulo e regras de funcionamento

Em seu artigo 2º, o Conselho começa a ser caracterizado quanto a sua instalação e atuação, sendo “O Conselho Participativo Municipal é organismo autônomo da sociedade civil, reconhecido pelo Poder Público Municipal como instância de representação da

população de cada região da Cidade...” com a responsabilidade de exercer “o direito dos cidadãos ao controle social, por meio da fiscalização de ações e gastos públicos, bem como da apresentação de demandas, necessidades e prioridades na área de sua abrangência”.

No Artigo 3º definem-se as atribuições que lhe seriam cabíveis e estabelecidos para o Município em sua Lei Orgânica, como a defesa e o cuidado na preservação e elevação do padrão de qualidade de vida e de sua justa distribuição para a população, bem como promover o desenvolvimento urbano, social e econômico da cidade sem estar atento à preservação do meio ambiente, dos recursos naturais e dos valores históricos e culturais da população.

Devemos reparar que se trata de um amplo leque de princípios que indicam uma intencionalidade de se permitir ao Conselho uma atuação realmente ampla, autônoma e independente dos cidadãos na gestão da coisa pública. Suas atribuições são definidas no Artigo 4º, que trata do desenvolvimento de ações integradas e complementares a outras formas de organização e representação da sociedade civil e de controle social do Poder Público, sem interferência ou sobreposição às funções desses mecanismos.

Há a preocupação de haver uma conveniente articulação entre diversas áreas temáticas, mas com o olhar voltado para a não superposição de funções destes organismos.

A ação fiscalizatória sobre a gestão dos interesses públicos em cada região é favorecida, pois cada Conselho atuará em uma Sub Prefeitura, comunicando oficialmente os órgãos públicos nos casos de deficiência de atendimento aos cidadãos. Há um especial cuidado em se evitar “remonte” de atribuições, ao se vedar ao Conselho a concessão de títulos e honorarias.

A composição do Conselho é definida no Artigo 5º, que indica como estes conselheiros serão eleitos. A preocupação com a capilaridade participativa dos cidadãos é

notada na garantia de haverem representantes de cada distrito, em número nunca inferior a 5 (cinco) participantes. A densidade definida é de 1(um) representante para cada 10.000 (dez mil) habitantes, considerando-se as frações deste valor por distrito. O teto para o tamanho de cada Conselho é definido com o número máximo de conselheiros de 51 (cinquenta e um) conselheiros, isto nas Subprefeituras cuja população total seja superior a 514.999 (quinhentos e quatorze mil, novecentos e noventa e nove) habitantes, e o piso mínimo em 19 (dezenove), levando em consideração nas Subprefeituras cuja população total seja inferior a 185.000 (cento e oitenta e cinco mil) habitantes, os representantes serão divididos entre os distritos, proporcionalmente à sua população.

Ainda que para a candidatura seja requerida a idade mínima de 18 anos, a habilitação para o voto, também segue as regras para as candidaturas para o Executivo e Legislativo, desde que o eleitor conte com a posse do respectivo título eleitoral.

A preocupação em se vincular o candidato ao distrito pelo qual irá se candidatar é verificada pela inclusão do endereço de referência do candidato, registrado na Justiça Eleitoral, para habilitar a candidatura, sempre com a preocupação da representatividade direta da região de onde cada conselheiro resida.

A habilitação do eleitor ao voto que não estiver de posse do Título de Eleitor, de maneira similar às eleições para o Executivo e o Legislativo, poderá ser feita mediante a apresentação de documento de identificação com foto. Mas para se garantir a maior lisura possível para o processo, seria fundamental o fornecimento das listagens de eleitores registrados em cada distrito.

A aptidão para a candidatura requer do candidato as qualificações especificadas no Artigo 7º. O requisito inicial é o da idade mínima de 18 anos, ao que se deve acrescentar um apoio de no mínimo 100 residentes na área da respectiva Sub Prefeitura. Repare-se que os apoiadores não precisam ser moradores do distrito pelo qual o candidato busca se eleger. O

número de candidatos não conta com limitação numérica, de tal sorte que se permite que existam candidaturas bastante plurais.

A composição dos integrantes da Mesa Eleitoral foi definida também no Artigo 9º do Decreto, com 3 representantes de secretarias municipais, 1 representante do Poder Público, 2 representantes da sociedade civil e seus respectivos suplentes indicados pelo Prefeito. Existe um bom detalhamento da Mesa Eleitoral, com especial cuidado de se incluir dois representantes da sociedade civil, mas com um detalhe digno de nota: a sua indicação será feita pelo Prefeito. O documento legal define ainda o mandato dos conselheiros em dois anos, havendo a limitação de uma reeleição consecutiva. Os conselheiros não contam com direito a recebimento de qualquer vantagem pecuniária.

A atuação dos conselheiros envolve responsabilidades que podem implicar na perda do mandato conforme especificado no Artigo 14º, que especifica o compromisso da legalidade de atuação e representação.

O cronograma de reuniões do Conselho é de ao menos uma ao mês, devendo semestralmente, o Conselho ouvir, em plenária, associações, movimentos sociais, outros conselhos e organizações não governamentais. Este parágrafo parece estar imbuído de intenções de buscar uma continuada aproximação da sociedade, através de seus organismos representativos. A prestação de contas das atividades desenvolvidas pelo Conselho, como definida no Artigo 21º, deve ocorrer no mês de janeiro de cada ano, quando o Conselho Participativo Municipal tornará público o relatório dos trabalhos efetuados no ano anterior, demonstrando preocupação com a transparência.

Avaliando a norma, supõe-se que a intenção do legislador foi favorecer uma participação ativa dos cidadãos no acompanhamento da gestão pública. Isto vem ao encontro do que vimos no capítulo segundo: a democracia pode e deve ser ampliada a partir da

valorização da participação popular em instâncias de formulação, monitoramento e controle de políticas públicas.

3.3. Eleição dos Conselheiros nos Conselhos Participativos Municipais de São Paulo

A Prefeitura de São Paulo criou a cadeira de Conselheiro Extraordinário do Conselho Participativo Municipal para que os imigrantes sejam incluídos neste espaço, considerando a sua presença significativa na cidade de São Paulo. Poderão votar e ser votados os imigrantes residentes de distritos que compõem as Subprefeituras.

Nestes conselhos, os membros são eleitos por voto direto e facultativo em cada um dos distritos que compõe uma subprefeitura. O número de representantes vai depender do tamanho de cada região, mas nunca será menor do que 19 ou maior do que 51. Os novos conselheiros eleitos terão a duração do mandato de dois anos. De acordo com o regulamento da proposta é assegurado aos eleitos uma única possibilidade de reeleição.

Todo e qualquer cidadão maior de 18 anos, com residência comprovada no município de São Paulo e com título de eleitor, pode se inscrever na sede da subprefeitura da sua região para se candidatar a uma vaga de conselheiro. O único pré-requisito para os interessados é entregar uma lista com a assinatura de pelo menos 100 apoiadores (com nome, número de documento e telefone) à sua candidatura.

Essas inovações conduzem a algumas reflexões sobre o real significado da participação, seu incipiente processo de avanço, e sugere indagações sobre a possibilidade de aprofundamento e aprendizado democrático a partir da instância dos Conselhos, e, em particular, dos Conselhos Participativos.

Em São Paulo, a primeira eleição de Conselheiros ocorreu em 2014. Foram eleitos 1.125 membros do Conselho Participativo Municipal. Com a existência destes conselhos a expectativa é que as subprefeituras avancem ou recuperem seu poder político, inserindo o cidadão no sistema de gestão da cidade, embora ainda haja dúvidas sobre a eficácia do sistema.

Cerca de 120 mil pessoas foram às urnas. Isto representa algo bem abaixo tanto dos 8,6 milhões com direito a voto, como também o que era previamente estimado - 500 mil - pela prefeitura. Mesmo assim, não deixou de ser uma boa surpresa, pois na periferia houve participação expressiva quanto ao comparecimento de eleitores.

De fato, nos bairros da periferia a votação chega a ser três vezes superior à de bairros como Perdizes e Jardins. De acordo com os dados definitivos, a subprefeitura com o maior número de candidatos foi a do M'Boi Mirim, com 154 interessados. Itaquera teve 152 inscrições e em seguida vem Ipiranga (143), Campo Limpo (142) e Itaim Paulista (141). Todas as subprefeituras tiveram mais inscritos do que o número de vagas com 2.857 Conselheiros Inscritos para 1.125 vagas nos 32 subdistritos.

Ainda há pouco resultado quanto à atuação desses Conselhos. Um dado interessante foi disponibilizado no portal do Conselho Municipal Participativo de Pinheiros: ali consta que, no primeiro ano 2014, não houve resultados eficientes, devido à necessidade de estabelecer critérios e normas de regulamentação das reuniões e funcionamento deste conselho. Já no desenrolar dos trabalhos, em 2015, há um grande avanço, estabelecendo prioridades de ação, ofícios reivindicando melhorias urbanas e outras ações pontuais. A solução dos problemas da região dependerá mais do comportamento da sociedade do que de ações do poder público.

Analisando as primeiras atuações de alguns Conselhos Participativos Municipais como o da subprefeitura Butantã, organização que reúne representantes de diferentes

sociedades civis atuantes na região, realizaram reuniões mensais e serviram para discutir temas relevantes sobre políticas públicas dos cinco distritos do Butantã. Reuniões, cujas pautas principais foram a discussão sobre o processo de eleição, o papel do Conselho Participativo e o Plano Diretor Estratégico de São Paulo.

Já no Conselho Participativo Municipal da Freguesia/Brasilândia estão atentos às demandas das localidades onde moram, os habitantes do chamado ‘Fundão da Brasilândia’, formado por bairros como os Jardins: Damasceno, Paraná, Princesa, Vista Alegre, Eliza Maria, Ladeira Rosa e Parque Tietê articularam conversas com os conselheiros eleitos para tratar das precariedades locais.

A descrição dos Conselhos Participativos, a sua primeira eleição, e seu incipiente funcionamento nos levam às reflexões, que apresentamos a seguir a título de considerações finais. A criação destes Conselhos Participativos do Município de São Paulo permitirá potencializar a articulação destas instituições já existentes nas mais diversas regiões da cidade, trazendo as temáticas mais variadas e especificidades locais para uma visão mais transversal dos problemas de cada região da cidade de São Paulo o que poderá engrandecer as possíveis ações que venham a resolver questões que afligem a sociedade paulistana.

CAPITULO 4 – Considerações Finais

Os conselhos de políticas públicas surgiram como um novo instrumento de expressão, representação e participação popular a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988.

No planejamento e gestão das políticas estatais, os conselhos admitem a participação da sociedade civil no monitoramento, controle e avaliação de políticas públicas em diversos segmentos, como assistência social, educação, saúde, trabalho, dentre outros.

Os representantes da sociedade civil desempenham um importante papel nos conselhos gestores, com o desafio de constatar se as ações destes conselhos estão se pautando em bases legais, atendendo ao interesse coletivo da sociedade, na busca pelo bem comum. Durante muito tempo, a cidade de São Paulo careceu de políticas que valorizassem a participação dos paulistanos nas políticas públicas da capital.

Além de a cidade conhecer a criação, crescimento e diversificação de conselhos de políticas públicas em diversas áreas, como apontado no capítulo precedente, o processo de descentralização administrativa do município, com a criação de 32 subprefeituras, foi de certo modo aprofundado com a criação dos Conselhos participativos. Estes tem a missão de contribuir para a articulação entres os diferentes conselhos temáticos, com a participação da sociedade em cada subprefeitura, monitorando as políticas públicas mais de perto.

Desta forma é importante perceber, em exemplos pontuais, como os levantados nas atas do Conselho Participativo Municipal da Subprefeitura de Pinheiros em 2015, o grau de comprometimento, envolvimento e assiduidade destes conselheiros, buscando uma solução mais adequada para as questões que venham atender um grande número de moradores da região, como o tratado na Reunião de Devolutiva sobre obras de tráfego no Largo da Batata.

A possibilidade de participação não é algo dado como dádiva ou permitido, mas é, sim, é o resultando de um longo processo de conquista. Esta conquista representa uma mudança em termos de igualdade e participação democrática, pois esta participação da sociedade civil não se refere somente à reivindicação de direitos sociais, mas também de definição dos rumos das políticas públicas.

Os conselhos gestores de políticas públicas encontram um grande desafio para se alcançar uma grande meta: aproximar o cidadão da coisa pública de forma mais eficaz, superando a hegemonia dos preceitos meramente gerenciais na Administração Pública.

Em São Paulo, após muito diálogo, discussão e consultas populares foram criados os Conselhos Participativos Municipais. Trata-se de organismo autônomo da sociedade civil e legalmente reconhecido pelo poder público municipal. Um espaço consultivo cuja função é exercer o controle social no planejamento e fiscalização das ações e gastos públicos nas regiões. O diferencial deste modelo de conselho é que será formado exclusivamente por representantes da sociedade civil que serão eleitos pelos moradores de cada região da cidade.

A presença da população e das organizações da sociedade civil é realmente muito importante para fortalecer o compromisso da participação e a mobilização para que assim os conselhos participativos possam se tornar de fato, um espaço de controle, fiscalização e sugestões, com presença social diversificada e abrangente.

A presença desses Conselhos pode favorecer uma maior proximidade do poder público às realidades locais, com mecanismos de corresponsabilidade. Entretanto, o que foi visto na primeira eleição dos representantes foi uma tímida presença da sociedade civil, ou - até poderíamos dizer - uma ausência ou talvez descaso para com a representação da sociedade civil na administração pública.

Será que os Conselhos Participativos Municipais compõem uma nova “safra”?

Em agricultura costuma-se dizer que o sucesso de um plantio está assentado sobre as raízes que se fixam no solo. Claro: existe a possibilidade de pragas, regime pluviométrico desfavorável e outras variáveis. Mas se a raiz não for boa, o fracasso pode, e deve ser esperado.

Os Conselhos Participativos Municipais compõem uma nova “safra” da prática democrática que se pretende implantar no fértil solo da terra que Cabral veio tomar posse.

A prática democrática, ainda usando a comparação com a prática agrícola, requer um aperfeiçoamento contínuo, ou melhoramento, como se diz na genética. Afinal ninguém produz um bom vinho logo na primeira colheita. São longos períodos de observação continuada para se conseguir encontrar a adequada relação solo/planta. Assim como na agricultura, nem todas as práticas são benéficas para a cultura. E nossa “prática de campo” vai se alterando ao sabor dos insumos.

Se nos recordarmos das nossas aulas de história, seguramente nos virá a imagem dos cidadãos gregos (do sexo masculino) se reunindo na Ágora para a prática da democracia direta. Em uma sociedade composta em sua maioria por “cidadãos de segunda” categoria, como escravos, mulheres e estrangeiros.

Ao tentarmos transportar esta prática direta para nossos dias, encontramos entraves dos mais diversos.

O tamanho do “latifúndio” com singularidade ímpar de “culturas” explica em parte o que é descrito em O Analfabeto Político de Brecht⁸. Afinal a política deve ser deixada para os políticos, que seriam seres resultantes de um “Darwinismo secular” que permitiria a sobrevivência dos mais espertos.

⁸ O Analfabeto Político

O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio das empresas nacionais e multinacionais.

Nota: Autoria não confirmada. O texto é atribuído a Brecht pela primeira vez em Terra Nossa: Newsletter of Project Abraço, North Americans in Solidarity with the People of Brazil, Vols. 1-7 (1988, p. 42).

Seguramente a implantação dos Conselhos Participativos Municipais é um passo gigantesco na “semeadura” de uma participação mais direta no processo de gestão da coisa pública.

Temos a sensação de “coisa nova” no ar, de tal sorte que críticas ao processo são feitas. O número total de votantes parece irrisório, ao redor de 120.000, quando comparado ao tamanho do Colégio Eleitoral do Município de São Paulo. Mas devemos nos recordar de que se tratava de um processo eleitoral onde o voto não era obrigatório, em um país onde se tem o hábito de votar “por obrigação” algo do tipo “democracia coercitiva”. Uma prática que com o olhar atrelado às memórias historiográficas, após o traslado temporal, passeando pelos campos de Piratininga, denominaríamos diplomaticamente como uma “prática peculiar e promissora”.

Sem querer transportar a prática da democracia dos gregos para nossos tempos, ou sonhar com uma imensa Ágora, devemos recordar que o saber das práticas políticas não é ensinado entre os saberes escolares, de tal sorte que, certo dia, travestido de cidadão, um “CPF ambulante” se depara com um Conselho Participativo que o desafia “decifra-me ou te devoro”.

Voltando para a prática agrícola: seguramente as raízes não são boas! Ainda que seja uma “variedade promissora”, corre o risco de morrer à míngua. Não há inseticida, rega ou outra prática que substitua a base que longe dos olhos pode garantir o sucesso da colheita

BIBLIOGRAFIA

AVRITZER, Leonardo. A participação em São Paulo. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2004.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. Stuart Mill: liberdade e representação. In WEFFORT, Francisco C. Os clássicos da política - Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill e Marx. 10ª edição. São Paulo, SP: Ática, 2002. V. 2, p. 189-223.

BARBOSA, Maria Nazaré Lins. Fomento empresarial aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente: uma parceria possível. RERE. Belo Horizonte, MG: Editora Fórum, 2007. v. 2, p. 121-138,

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A cidadania ativa – referendo, plebiscito e iniciativa popular. São Paulo, SP: Ática, 1991.

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 6ª. Edição. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2004.

BOBBIO, Norberto. Liberalismo e Democracia. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo, SP: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2003.

BOVERO, Michelangelo. Contra o governo dos piores – uma gramática da democracia. Trad. Daniela BeccacciaVersiani. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2002.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do estado patrimonial ao gerencial. In Brasil: Um Século de Transformações, org. PINHEIRO, Wilhelm e Sachs, São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2001.

BUENO, Eduardo. História do Brasil. 2ª edição. São Paulo, SP: Empresa Folha da Manhã e Zero Hora/RBS Jornal, 1997.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Estado de Direito. Lisboa: Gradiva, 1999.

CAVALCANTE, Themistocles Brandão. Manual da Constituição, Rio de Janeiro, RJ: Editora Zahar, 1977.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 19ª edição. São Paulo, SP: Saraiva, 1995.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. Rio de Janeiro, RJ: Globo, 2001.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direito constitucional econômico. São Paulo, SP: Saraiva, 1990.

FILHO, Rodrigo de Souza. Gestão Pública e Democracia. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2013.

HABERMAS, Jürgen. A inclusão do outro: estudos da teoria política. São Paulo, SP: Loyola, 2002.

HELD, David. Modelos de democracia. Belo Horizonte, MG: Paidéia, 1987.

IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Informações Básicas Estaduais: Perfil dos Estados Brasileiros 2013. Rio de Janeiro, RJ. 2014.

LAMOUNIER, Bolívar. A democracia brasileira no limiar do século 21. In Pesquisas. São Paulo: Centro de Estudos da Fundação Konrad-Adenauer-Stifung, número 5, 1996.

MACIEL, Marco. O desarmamento e o referendo. In: Folha de São Paulo, São Paulo, SP. 03 agosto, 2003.

MACPHERSON, C. B. A Democracia Liberal. Origens e evolução. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1977 (impressão no Brasil, 1978);

MADSON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. Os artigos federalistas. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1993.

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. Tradução de Antônio D'Elia. São Paulo, SP: Cultrix, 2006.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 25ª edição. São Paulo, SP: Malheiros Editores, 2000.

MORAES. Direito Constitucional. 11ª edição. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

QUIRINO, Célia Galvão. Tocqueville: sobre a liberdade e a igualdade. In WEFFORT, Francisco C. Os clássicos da política - Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill e Marx. 10. São Paulo, SP.: Editora. Ática, 2002. v. 2, p. 149-88.

RICCI, Rudá. Associativismo paulistano e cultura ambivalente. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). A participação em São Paulo. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2002.

ROUSSEAU, Jean Jacques. Do contrato social: princípios de direito político. Trad. José Cretella Junior e Agnes Cretella. São Paulo, SP. Revista dos Tribunais, 2002.

ROUSSEAU, Jean Jacques. O contrato Social, São Paulo, SP: Formar, 1980.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Democratizar a Democracia. Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro, RJ. Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 15.ed. São Paulo, SP: Malheiros Editores, 1998.

SILVA, Roberto Batista Dias da Silva. Manual do Direito Constitucional. Barueri, SP: Manole, 2007.

STUART MILL, John. Considerações sobre o governo representativo. Trad. E. Jacy Monteiro. 2ª edição. São Paulo, SP: Ibrasa, 1983.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In : DAGNINO, E. (org.). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2002.

VIANNA, Oliveira. Instituições Políticas Brasileiras. Vol. 2. Belo Horizonte / São Paulo / Niterói, RJ: Itatiaia/EDUSP/UFF, 1949.

SITES

ARZABE, Patrícia Helena Massa, Conselhos de Direitos e Formulação de Políticas Públicas, Artigo da doutoranda na Faculdade de Direito da USP e Procuradora do Estado de São Paulo. Disponível no site: <http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/politica_publica/patriciamassa.htm>. Acesso em 8 mai, 2015.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em 12 abr, 2015.

CONSELHO PARTICIPATIVO - São Paulo Aberta. CIGA-SP Conselho Participativo Diálogos Participação Território. Leia mais sobre esse evento. DIÁLOGOS SÃO PAULO ABERTA: Sapopemba e Vila Prudente. Disponível em: <<http://saopauloaberta.prefeitura.sp.gov.br/index.php/tag/conselho-participativo/>> Acesso em 12 abr, 2015.

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL - Prefeitura de São Paulo. O Conselho Participativo Municipal é um organismo autônomo da sociedade civil, reconhecido pelo Poder Público Municipal como espaço consultivo e participativo desde 2013. Disponível em: <<http://www.conselhoparticipativo.prefeitura.sp.gov.br/>> Acesso em 20 abr, 2015.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Conselho Participativo Municipal. Eleição 2013. Conselho Participativo Municipal. Eleição 2013. Consulta Local de Votação por número do título de eleitor e resultado fornecido pelo TRE-SP. Disponível em: <http://www.eleicaoopm.prefeitura.sp.gov.br/RG0103_Internet/PaginasPublicas/frmConsultaLocalVotacao.aspx> Acesso em 20 abr, 2015.

SAMPA CRIATIVA. São Paulo elege 1.125 conselheiros municipais. Disponível no site: <<http://www.criaticidades.com.br/sampacriativa/sao-paulo-elege-1-125-conselheiros-municipais/>> Acesso em 01 jul, 2015.

VALE, Murilo Melo. Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas e a democracia deliberativa: limites e desafios para a consolidação deste instituto deliberativo. Disponível no site: <<http://www.tavernard.adv.br/os-conselhos-gestores-de-politicas-publicas-e-a-democracia-deliberativa-limites-e-desafios-para-a-consolidacao-deste-instituto-deliberativo>> Acesso em 10 jul, 2015.

DISSERTAÇÕES E TESES

CABRAL, João Francisco Pereira. Sobre a possibilidade dos onómatas como ‘intermediários’ no Crátilo de Platão. Dissertação de Mestrado em Filosofia. Pós-Graduação do IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2012.

ÁVILA, Caio Márcio de Brito. Mecanismos de democracia participativa no Direito brasileiro. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da USP. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

PUBLICAÇÕES

PONTUAL, Pedro. Desafios à construção da Democracia Participativa no Brasil: a prática dos conselhos de gestão das políticas públicas. Coleção Cadernos da CIDADE. Porto Alegre. RS. Nº. 14, 2008.

ANEXO A

Conselhos do Município de São Paulo	
1.	Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS-SP
2.	Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool – COMUDA
3.	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMUSAN-SP
4.	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA-SP
5.	Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência – CMPD
6.	Conselho Municipal de Educação - CME
7.	Conselho Municipal de Habitação
8.	Grande Conselho Municipal do Idoso – GCMI
9.	Conselho Municipal de Tecnologia da Informação e Comunicação
10.	Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES
11.	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP
12.	Conselho Municipal de Saúde
13.	Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia e Inovação – CMCT&I
14.	Conselho Municipal de Juventude
15.	Conselho Municipal de Tecnologia da Informação e Comunicação - CMTIC
16.	Conselho Municipal de Tributos
17.	Conselho Municipal de Turismo – COMTUR

Tabela 03 - Conselhos do Município de São Paulo

Tipo de Conselho	Data de criação
1. Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS-SP	Lei Municipal 12.524, de 01 de Dezembro de 1997 regulamentado pelos Decretos 38.877/99 e 40.531/01 (Projeto de Lei nº 21/96, autoria do Prefeito Celso Pita)
Ementa/Competência	
<p>Aprovar a Política Municipal de Assistência Social; Normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social no âmbito municipal; Fixar normas para inscrição das entidades/organizações de assistência social no âmbito municipal; Inscrever as entidades/organizações de assistência social para fins de funcionamento; Fiscalizar as entidades/organizações de assistência social de acordo com diretrizes e normas a serem estabelecidas pelo Plenário através de Resolução; Regulamentar concessão e o valor dos benefícios eventuais previstos no Artigo 22 da Lei Federal nº 8.742/93 - LOAS, mediante critérios e prazos definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS; Estabelecer critérios para a destinação dos recursos financeiros para o custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral; Orientar e controlar a administração do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS; Estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do FMAS; Definir e articular os programas de assistência social, conforme Artigo 24 da Lei Federal 8.742/93 - LOAS; Aprovar planos objetivando a celebração de contratos e convênios entre o Município e as</p>	

<p>entidades/organizações de Assistência Social;</p> <p>Articular os programas de Assistência Social voltados ao idoso e à integração da pessoa com deficiência, com Benefício da Prestação Continuada - BPC, (Artigo 20 e parágrafo 2º do Artigo 24 da LOAS);</p> <p>Apreciar e aprovar a proposta orçamentária da Assistência Social;</p> <p>Acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados;</p> <p>Convocar ordinariamente, a cada 2 (dois) anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;</p> <p>Elaborar e aprovar seu Regimento Interno;</p> <p>Divulgar, no Diário Oficial da Cidade, todas as suas decisões, bem como as contas do FMAS, e os respectivos pareceres emitidos;</p> <p>Manter articulação com o Conselho Estadual de Assistência Social - CONSEAS, e com o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;</p> <p>Manter atualizado o cadastro único das entidades devidamente inscritas;</p>	
Composição	
<p>Órgão colegiado de composição paritária entre governo e sociedade civil, deliberativo, normativo e fiscalizador da Política de Assistência Social, diretamente vinculado à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS.</p> <p>18 representantes da Sociedade Civil e 18 do Poder Público</p>	
Tipo de Conselho	Data de criação
2. Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool – COMUDA	Lei nº 13.321 de 6 de fevereiro de 2002.
Ementa	
<p>Articulador de políticas públicas sobre drogas na cidade de São Paulo. Ligado ao Sistema Nacional sobre Drogas: CONEN – SENAD - CONAD. Representações nas Sub Prefeituras – CCAD.</p> <ol style="list-style-type: none"> Desenvolver programas e ações, continuadas e inter setoriais, de prevenção do uso, abuso e dependência do álcool e outras drogas, envolvendo profissionais que atuam na área da Saúde, da Assistência Social, da Segurança, do meio empresarial, da Educação e outros. Estimular as ações comunitárias de prevenção, tratamento e reabilitação do abuso e dependência de drogas. Promover eventos e publicações que visem aumentar o conhecimento da população sobre a questão drogas e que estes atinjam todas as faixas etárias e os diversos ambientes sociais. Garantir efetiva fiscalização no sentido de cumprimento de leis que visem diminuir o abuso de drogas e suas consequências: especialmente no tocante à venda e disponibilização de bebidas alcoólicas, tabaco, medicamentos e outros para crianças e adolescentes e no beber e dirigir. Ampliar a capacitação de profissionais para possibilitar reprograma de prevenção, orientação, tratamento e reabilitação dos dependentes químicos e seus familiares. Ampliar as várias alternativas de tratamento com ênfase na atenção ambulatorial. Buscar orientar a execução baseada em evidências científicas, com relação custo/benefício adequada e de forma diversificada para atender as diferentes demandas. Assegurar recursos públicos para atender as necessidades de implementação das políticas públicas de forma proporcional aos números epidemiológicos referentes ao abuso e dependência de drogas assim como às consequências sociais e econômicas derivadas. Garantir a expansão das ações em todas as regiões da Cidade, através das Subprefeituras e dos Conselhos Regionais de Políticas Públicas de Drogas, Tabaco e Álcool. 	
Composição	
<p>Presidente, Vice Presidente, Secretário - Secretária Municipal de Assuntos Jurídicos e Secretária - Coordenadora Municipal de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas.</p>	
Tipo de Conselho	Data de criação
3. Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional COMUSAN-SP	Criado pelo Decreto nº 42.862/03, Lei Orgânica Municipal nº 8.142/90, Lei Orgânica da Saúde –

	8080/90 e no Código Sanitário do Estado de São Paulo de 1998. Regulamentada pelo Decreto nº 50.126, de 17 de outubro de 2008.
Ementa	
De caráter consultivo. Contribuir para a concretização do direito constitucional de cada pessoa humana à alimentação e à Segurança Alimentar e Nutricional. Proposição, acompanhamento e fiscalização das ações do governo municipal nas áreas de segurança alimentar e nutricional; a articulação de áreas do governo municipal com as organizações da sociedade civil para a implementação de ações voltadas ao combate das causas da miséria e da fome, no âmbito do Município; o incentivo de parcerias de caráter regional que garantam mobilização dos setores envolvidos e racionalização do uso dos recursos disponíveis; a coordenação de campanhas de conscientização da opinião pública com vistas à união de esforços; a cooperação na formulação do plano municipal de segurança alimentar e nutricional; a proposição de estratégias, normatizações, projetos e ações que implementem o Código Sanitário do Município de São Paulo, no que concerne à segurança alimentar e nutricional, bem como opinar a esse respeito.	
Composição	
45 Conselheiros Titulares e 45 suplentes eleitos. Mandado com duração de 3 anos, dos quais 15 titulares representam o poder público municipal, estadual e federal e 30 titulares representam a sociedade civil organizada, incluindo áreas do setor de alimentos, divididos nas regiões Norte, Sul, Leste I, Leste II e Oeste/Centro.	
Tipo de Conselho	Data de criação
4. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA-SP	Lei Municipal nº 11.123, de 22 de novembro de 1991 , regulamentada pelo Decreto nº 31.319/92, alterado pelo Decreto nº 44.728/04.
Ementa	
Criado para propor, deliberar e acompanhar as políticas públicas em prol das crianças e dos adolescentes no Município, atendendo às diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que vão desde a apresentação dos princípios das políticas de atendimento a essa população até a criação de instrumentos de controle e participação social.	
Composição	
Órgão paritário, ou seja, é composto por 32 membros, com igual número de representantes do poder público e da sociedade civil organizada, assim distribuídos: - 16 representantes do poder público municipal, sendo 8 titulares e 8 suplentes, representados por meio das seguintes secretarias municipais: Direitos Humanos e Cidadania, Assistência e Desenvolvimento Social, Negócios Jurídicos, Finanças, Saúde, Educação, Cultura e Esportes, Lazer e Recreação. - 16 representantes da sociedade civil, sendo 8 titulares e 8 suplentes, sem remuneração, dos segmentos de atendimento das entidades (atendimento à criança e ao adolescente, defesa e garantia de direitos, estudo e pesquisa, trabalhadores da área e melhoria da qualidade de vida).	
Tipo de Conselho	Data de criação
5. Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência - CMPD	Decreto nº 28.004, de 21 de agosto de 1989 . Posteriormente, a Lei Municipal nº 11.315 d de 212 de dezembro de 1992.
Ementa	
Órgão de representação das pessoas com deficiência perante a Prefeitura de São Paulo. Sua função é elaborar, encaminhar e acompanhar a implementação de políticas públicas de interesse da pessoa com deficiência na saúde, na educação, no trabalho, na habitação, no transporte, na cultura, no lazer, na acessibilidade ao espaço público e nos esportes. O CMPD ainda promove atividades de integração das pessoas com deficiência, além de fazer e receber denúncias de discriminação.	
Composição	

Constituída pelos conselheiros, tem entre suas atribuições, organizar e preparar a pauta de eventos, plenárias, Encontros e outros - desses eventos. Presidente, 7 Titulares e 5 Suplentes;	
Tipo de Conselho	Data de criação
6. Conselho Municipal de Educação- CME	Lei Municipal nº 10.429, de 24 de fevereiro de 1988 e consolidado pelo pela reafirmado no Decreto Municipal nº 33.892, de 16 de dezembro de 1993.
Ementa	
<p>I. Prestar assessoramento ao Executivo Municipal, no âmbito das questões relativas à educação, e sugerir medidas no que tange à organização e ao funcionamento da rede municipal de ensino, inclusive no que respeita à instalação de novas unidades escolares;</p> <p>II. Promover e realizar estudos sobre a organização do ensino municipal, adotando e propondo medidas que visem à sua expansão e ao seu aperfeiçoamento;</p> <p>III. Elaborar o Plano Municipal de Educação;</p> <p>IV. Exercer fiscalização sobre as atividades referentes à assistência social escolar, no que diz respeito às suas efetivas realizações, estimulando-as e propondo medidas tendentes ao aprimoramento dessas mesmas atividades;</p> <p>V. Emitir parecer sobre os assuntos de ordem pedagógica e educativa que lhe sejam submetidos pela Administração Municipal, através do seu órgão próprio;</p> <p>VI. Promover seminários e congressos de professores para debates sobre assuntos pertinentes ao ensino, na área de atuação do ensino municipal.</p> <p>VII. Promover correições, por meio de comissões especiais, em qualquer dos estabelecimentos de ensino mantidos pela Prefeitura, tendo em vista o fiel cumprimento da legislação escolar.</p>	
Composição	
Presidente, Vice-presidente, Câmara de Educação Básica: 11 Titulares, Câmara de Normas e Planejamento e Avaliação Educacional: 9 Titulares;	
Tipo de Conselho	Data de criação
7. Conselho Municipal de Habitação	Lei Municipal nº13.425 - 02 de Setembro de 2002 Regulamenta o artigo 168 da Lei Orgânica do Município de São Paulo. (Projeto de Lei nº 352/99, do Vereador Adriano Diogo - PT).
Ementa	
<p>Tem caráter consultivo, fiscalizador e deliberativo. Órgão da política habitacional da Cidade é. Participam do Conselho sindicatos, empresários, educadores, líderes de movimentos sociais e gestores públicos.</p> <p>A eleição é coordenada pela Secretaria Municipal de Habitação através da Secretaria Executiva do CMH. Os editais das eleições são publicados no Diário Oficial e ficam disponíveis no site da Prefeitura ao final de cada biênio, quando novos membros eleitos representarão o CMH.</p> <p>Eleitos, os novos conselheiros irão influir nas ações da Secretaria Municipal de Habitação sobre diretrizes da administração. Poderão decidir, por exemplo, a destinação de recursos para construções de mutirões, conjuntos habitacionais, regularizações fundiárias e programa de urbanização de favelas entre outros.</p>	
Composição	
<p>Paridade em relação à representação do poder público, movimentos populares por moradia e sociedade civil, assegurando espaço a todos os segmentos.</p> <p>Composto por 48 representantes da sociedade civil, mandato de 2 anos, quando novas eleições são convocadas.</p> <p>Eleitos 16 representantes das entidades populares de moradia, 16 da sociedade civil como universidades, sindicatos de classes, sindicatos empresariais e 16 representantes do poder público (municipal, estadual e federal).</p>	

Tipo de Conselho	Data de criação
8. Grande Conselho Municipal do Idoso - GCMI	Lei Municipal nº 11.242, de 24 de setembro de 1992
Ementa	
<p>Órgão consultivo que atua, principalmente, na área da preservação e afirmação da identidade do idoso. Propor políticas e atividades de proteção e assistência aos idosos no Município, além de receber reivindicações e denúncias, atuando no sentido de resolvê-las. Também busca informar e orientar a população idosa acerca de seus direitos, bem como desenvolver campanhas educativas junto à sociedade.</p>	
Composição	
<p>Composto por 30 representantes dos idosos e 15 suplentes, todos eleitos, mais 15 representantes da Administração Municipal e respectivos suplentes que trabalham voluntariamente. Possui uma secretaria executiva, formada por cinco representantes dos idosos, escolhidos entre os mais votados de cada uma das regiões do município de São Paulo. Todos os cargos eletivos do conselho têm um mandato de dois anos.</p>	
Tipo de Conselho	Data de criação
9. Conselho Municipal de Tecnologia da Informação e Comunicação - CMTIC	Decreto nº 54.785, de 23 de janeiro de 2014
Ementa	
<p>Anteriormente denominado de CMI - Conselho Municipal de Informática, é a instância colegiada responsável pela análise e monitoramento das políticas públicas na área de TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação formuladas e implementadas por todos os Órgãos vinculados a Administração Pública Municipal.</p> <p>Analisar e aprovar a Política Municipal de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – PMGTIC;</p> <p>Fixar as diretrizes gerais e estratégicas, normas e padrões de tecnologia da informação e comunicação para a Administração Pública Municipal;</p> <p>Coordenar, acompanhar, avaliar e controlar o uso de tecnologia da informação e comunicação;</p> <p>Aprovar, deliberar e controlar os projetos e as ações corporativos, estruturantes, estratégicos e de interesse geral que integrarão o Plano Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação – PGTIC;</p> <p>Acompanhar, monitorar e avaliar os projetos e as ações integrantes dos Planos Diretores Setoriais de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDSTIC;</p> <p>Manifestar-se sobre a aplicação de recursos de tecnologia da informação e comunicação, propondo diretrizes e identificando prioridades na sua aplicação.</p> <p>Além disso, é o responsável pelo atual SMTIC - Sistema Municipal de Tecnologia da Informação e Comunicação, o qual, por sua vez, compreende as atividades de planejamento, governança, coordenação, organização, operação, controle e supervisão dos recursos de tecnologia da informação e comunicação e telecomunicação desenvolvidas por toda a Administração Pública Municipal.</p>	
Composição	
<p>Composto por membros permanentes representantes de 12 secretarias municipais, além da PRODAM - Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo. Dentre essas secretarias, cabe ao representante da SMG presidir os trabalhos desenvolvidos pelo CMTIC.</p> <p>Secretaria Municipal de Gestão - SMG, como seu Presidente; Secretaria do Governo Municipal - SGM; Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico - SF; Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos - SNJ; Controladoria Geral do Município - CGM; Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras - SMSP; Secretaria Municipal de Educação - SME; Secretaria Municipal da Saúde - SMS; Secretaria Municipal de Transportes - SMT; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU; Secretaria Municipal de Licenciamento - SEL; Secretaria Municipal de Serviços - SES; Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo - PRODAM.</p> <p>A periodicidade mínima para a realização de reuniões desta instância é de seis meses, podendo haver convocações extraordinárias caso a sua presidência entenda como necessária.</p>	

Tipo de Conselho	Data de criação
10. Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES	Lei Municipal nº 11.426, de 18 de outubro de 1993 Lei Municipal nº14.887, de 15 de janeiro de 2009 e pelo artigo 22 da Lei Municipal nº. 11.426/93
Ementa	
CADES é um órgão consultivo e deliberativo em questões referentes à preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, construído e do trabalho, em todo o território do Município de São Paulo. Seu funcionamento foi regulamentado pelo Decreto nº 52.153/2011	
Composição	
Secretaria do Governo Municipal - SGM Secretaria Municipal de Licenciamento - SEL Secretaria Municipal de Educação - SME Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU Secretaria Municipal de Transportes - SMT Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras - SIURB Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS Secretaria Municipal da Saúde - SMS Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras - SMSP Secretaria Municipal de Cultura - SMC Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos - SNJ Ministério do Meio Ambiente - MMA Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SMA Câmara Municipal de São Paulo - CMSP Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA/SP. Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SP Universidades: Universidade Nove de Julho e Universidade Presbiteriana Mackenzie Setor Comercial: Associação Comercial de São Paulo e Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo - FECOMÉRCIO. Setor Industrial: Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo – SIMPI e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP Associações: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental –ABES, Instituto de Engenharia - IE Centrais Sindicais, União Geral dos Trabalhadores – UGT e Força Sindical de São Paulo. Organizações Não Governamentais - ONGs com tradição na defesa do Meio Ambiente Macro Região Norte 1 (Freguesia do Ó/Brasilândia, Perus, Pirituba/Jaraguá). Macro Região Norte 2 (Casa Verde/Cachoeirinha, Santana/Tucuruvi, Jaçanã/Tremembé, Vila Maria/Vila Guilherme). Macro Região Sul 1 (Campo Limpo, M'Boi Mirim). Macro Região Sul 2 (Cidade Ademar, Jabaquara, Santo Amaro). Macro Região Sul 3 (Capela do Socorro, Parelheiros). Macro Região Leste 1 (Cidade Tiradentes, São Mateus, Itaquera). Macro Região Leste 2 (Aricanduva/Formosa/Carrão, Vila Prudente/Sapopemba, Ermelino Matarazzo, Penha). Macro Região Leste 3 (Guaianases, Itaim Paulista, São Miguel). Macro Região Centro-Oeste 1 (Butantã, Lapa, Pinheiros). Macro Região Centro –Oeste 2 (Sé, Vila Mariana, Ipiranga , Móoca) Guarda Civil Metropolitana - GCM Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA Departamento de Educação Ambiental e Cultura de Paz - UMAPAZ Departamento de Planejamento Ambiental - DEPLAN Departamento de Parques e Áreas Verdes - DEPAVE	

Departamento de Controle da Qualidade Ambiental - DECONT	
Departamento de Participação e Fomento a Políticas Públicas - DPP / Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES	
Tipo de Conselho	Data de criação
11. Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP.	Lei Municipal Nº 10.032 de 27 de Dezembro de 1985
Ementa	
Deliberar sobre tombamentos de bens móveis e imóveis; definir área envoltória destes bens etc.	
Composição	
Representantes Nomeados pelo Prefeito: Secretaria Municipal de Cultura: 1 (um); Diretor do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura; Um Vereador, preferentemente, O Presidente da Comissão de Cultura da Câmara Municipal de São Paulo; Secretaria dos Negócios Jurídicos: 1 (um); Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano: 1 (um); Secretaria Municipal do Planejamento: 1 (um); Instituto de Arquitetos do Brasil - seção de São Paulo: 1 (um); Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo: 1 (um); Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - seção de São Paulo: 1 (um);	
Tipo de Conselho	Data de criação
12. Conselho Municipal de Saúde - CMS	Lei Municipal 12.546, de 07 de janeiro de 1998 Decreto Nº 53.990, de 13 de Junho de 2013, Resolução Nº 453, de 10 de Maio de 2012. Nova regulamentação à Lei nº 12.546/98
Ementa	
O CMS – Baseado na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual. O Conselho deve exercer o controle, o planejamento e a fiscalização do Fundo Municipal de Saúde, fundo esse para onde são destinados os recursos a serem gastos com a saúde no município. Tem por finalidade atuar e deliberar na formulação e controle da execução da política municipal de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, nas estratégias e na promoção do processo de controle social em toda a sua amplitude, no âmbito dos setores público e privado.	
Composição	
Organização: Plenário: é o fórum de deliberação plena e conclusiva, configurado por Reuniões Ordinárias e Extraordinárias dos membros do Conselho designados, de acordo com requisitos de funcionamento estabelecidos neste Regimento Interno; Presidente, Coordenadora da Comissão Executiva, Vice Coordenadora da Comissão Executiva, Secretário Geral; Representantes da Sociedade Civil: 16 (dezesesseis); Representantes dos Trabalhadores da Saúde: 08 (oito); Representantes das Instituições Governamentais e Prestadores de Serviços ou Produtores de Materiais de Saúde: 08 (oito)	
Tipo de Conselho	Data de criação
13. Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia e Inovação – CMCT&I	Lei Municipal nº 15.247, 26 de julho de 2010. De autoria do vereador Eliseu Gabriel (PSB)
Ementa	
Vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho – SEMDET. Conselho Consultivo. Incentivar ao desenvolvimento científico, tecnológico e à inovação, vistas ao desenvolvimento sustentável da cidade, em apoio ao planejamento e à gestão da Administração Pública Municipal.	
Composição	
Representantes Titulares e Suplentes: Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, Secretaria Municipal de Transportes, Universidade de São Paulo – USP, Fundação Getúlio Vargas – FGV, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, Instituto Butantã, Instituto Florestal, Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo – SEESP, Sindicato dos	

<p>Trabalhadores Pesquisa, Ciência e Tecnologia de São Paulo – SINTPQ, Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo – APQC e Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo – CREA.</p> <p>Representantes Titulares: Secretaria Municipal de Serviços, Comissão de Educação, Cultura e Esportes da CMSP, Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia da CMSP, Comissão de Administração Pública da CMSP,</p>	
Tipo de Conselho	Data de criação
14. Conselho Municipal de Juventude	Lei Municipal nº 14.687 de 12 de fevereiro de 2008 e atualizado recentemente pela Lei Municipal nº 16.120, de 16 de janeiro de 2015
Ementa	
<p>CMDJ é um importante espaço de participação social para os jovens, onde se discutem temas relativos à aplicação de políticas públicas para a juventude, formas de ampliação dos direitos das/os jovens e medidas para evitar o descumprimento dos direitos assegurados à juventude.</p> <p>Órgão de decisão autônoma e de representação paritária entre o governo municipal e a sociedade civil.</p>	
Composição	
<p>Composto de forma paritária – 21 por membros do governo e 21 representantes eleitos pela sociedade civil. Jovens com idade entre 15 e 29 anos podem se candidatar a uma das cadeiras.</p> <p>As cadeiras do Conselho dividem-se em três categorias:</p> <p>14 representantes de movimentos sociais, associações ou organizações que trabalhem a temática juvenil distribuídos em 14 eixos temáticos: 1. educação; 2. trabalho, emprego e geração de renda; 3. esporte e lazer; 4. saúde e meio ambiente; 5. diversidade religiosa; 6. deficiência e mobilidade reduzida; 7. juventude negra; 8. jovens mulheres; 9. diversidade sexual; 10. cultura e arte; 11. moradia; 12. inclusão digital e acesso e acesso às novas tecnologias; 13. mobilidade, direito à cidade; 14. movimento estudantil.</p> <p>2 representantes de organizações da sociedade civil que trabalhem a temática “juventude” de maneira geral</p> <p>5 representantes das regiões da cidade (centro, norte, sul, leste e oeste), que não precisam estar ligados diretamente a uma entidade.</p>	
Tipo de Conselho	Data de criação
15. Conselho Municipal de Tributos	Lei Municipal 14.107, de 12 de dezembro de 2005 - (Projeto de Lei nº 352/99, do Vereador Adriano Diogo - PT)
Ementa/Competência	
<p>Órgão julgador colegiado para decidir, em última instância administrativa, as controvérsias tributárias entre os contribuintes e a administração municipal.</p> <p>A Representação Fiscal tem a função de defender os interesses do Município no processo administrativo fiscal, contra-arrazoando os recursos interpostos pelo sujeito passivo.</p>	
Composição	
<p>Representantes do governo municipal e por representantes da sociedade:</p> <p>Presidência, Vice-Presidência</p> <p>Câmaras Reunidas: 04 Câmaras Julgadoras Efetivas e 02 Câmaras Julgadoras Suplementares, Representação Fiscal, Secretaria</p> <p>Câmara Julgadora: 03 Conselheiros representantes dos contribuintes + 3 Conselheiros representantes da Prefeitura do Município de São Paulo (02 Auditores-Fiscais e 01 Procurador do Município)</p>	
Tipo de Conselho	Data de criação
16. Conselho Municipal de Turismo – COMTUR	Lei Municipal nº 11.198, de 19 de maio de 1992, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 46.649, de 21 de novembro de 2005
Ementa	
Responsável pela elaboração e execução das políticas públicas de turismo da cidade de São Paulo	
Composição	
Presidente, Secretária Executiva, Gestor do FUTUR e Tesoureiro do FUTUR.	